

## ***Qual é a bronca? Jornalismo e cidadania no jornal Correio Popular***<sup>1</sup>

Leonan MORAES<sup>2</sup>

Nayane Rodrigues de BRITO<sup>3</sup>

Roseane Arcanjo PINHEIRO<sup>4</sup>

Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz

### **RESUMO**

A pesquisa tem como objetivo analisar as características da coluna *Qual é a bronca?* publicada pelo jornal *Correio Popular*, de Imperatriz-MA, no ano de 2013. Nela o jornal apresentou cidadãos que reclamavam da falta de infraestrutura, saneamento básico e outros problemas oriundos da ocupação urbana desordenada daquela cidade. Buscamos compreender como o jornal mostrou a atuação do cidadão e construiu sua percepção de cidadania: quem é o cidadão ou cidadã que reclama? Do que se queixa? Quem é responsabilizado pelas dificuldades enfrentadas? Concluimos que o impresso se diferenciou do concorrente ao abordar mazelas da cidade, a partir das denúncias de moradores, em uma seção especial. No entanto, os cidadãos são apontados geralmente como vítimas do poder público ou de terceiros, que não são ouvidos ou cobrados pelo próprio veículo.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Cidadania; *Correio Popular*; Imperatriz; Maranhão.

### **1. Introdução**

Como os jornais constroem a atuação dos cidadãos através das notícias? Essa é a principal indagação desta pesquisa, que analisará o coluna *Qual é a bronca?*, publicada pelo jornal *Correio Popular*, da cidade de Imperatriz-MA, a segunda cidade mais populosa do Estado. Cortada pela BR Belém-Brasília, cuja inauguração ocorreu em 1961 no governo de Juscelino Kubitschek, a cidade sofreu com o aumento do fluxo populacional repentino e a ausência de planejamento para ocupação das áreas urbanas. Em 1960, a cidade possuía poucos mais de 39 mil habitantes, número que saltou para mais de 80 mil em 1970 (FRANKLIN, 2008, p. 173). Portanto, a cidade apresenta até hoje problemas como falta de infraestrutura e carência na oferta de serviços públicos. Tem atualmente cerca de 250 mil habitantes, conforme dados do último Censo do IBGE.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016. É resultado do projeto *Digitalização dos Jornais de Imperatriz*, que tem financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) através do edital 026/2015.

<sup>2</sup> Estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz, email: academicoleonan@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Jornalismo na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

<sup>4</sup> Professora adjunta do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão – Campus Imperatriz.

Atuando nessa realidade, o *Correio Popular*, para atingir as classes mais populares, deu ênfase em suas páginas e manchetes aos temas relacionados à polícia, à situação dos bairros e às críticas ao poder público. Na capa também costumava apresentar celebridades para chamar a atenção do público. Fez contraponto ao jornal *O Progresso*, o mais antigo em circulação na cidade, tendo sido fundado em 3 de maio de 1970. Ao longo das décadas, esse periódico teve diversos proprietários e mudou seu projeto editorial. O concorrente do *Correio Popular* priorizava notícias de política, cidade e esportes, através de uma cobertura da cidade pouca atrativa, pautada pelo material de divulgação do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal (ASSUNÇÃO et al, 2015).

Se propondo a ser um jornal mais voltado às questões que envolviam a população, o *Correio Popular* apostou em uma coluna onde o leitor colocava a “boca no trombone” e tecia reclamações em busca de soluções para dificuldades com infraestrutura, saneamento, ocupação do solo urbano, polêmicas na Câmara Municipal, entre outros aspectos do cotidiano.

A partir da análise de conteúdo, o trabalho mostrará quem eram esses cidadãos. Quais suas principais inquietações? Quais as características desse espaço dedicado aos populares? Objetivamos compreender como o jornal construiu essas representações sobre as “formas de estar e agir no mundo” de cidadãos, homens e mulheres, com seus dilemas e desafios diários. Como aponta Meditsch (1992, p.23), o jornalismo, enquanto narrativa que se debruça sobre o tempo presente, é uma forma de conhecimento da realidade e pode possibilitar referências para transformá-la.

O autor detalha que o jornalismo difere de outras formas de conhecimento, como a ciência, por exemplo. Ao contrário da teoria científica que almeja aspectos generalizantes dos fenômenos, o jornalismo se constituiria na construção do singular, onde cada ocorrência tem uma essência que a difere completamente de outra. Rechaça as abordagens epistemológicas de que o jornalismo seria uma generalidade ou teria somente um contorno funcionalista, o que reduziria sua atribuição a mero integrador de pessoas ao meio social. Outra atribuição questionada é aquela que resume o jornalismo a uma forma de comunicação para reforçar o domínio de uma minoria, com poder político, sobre a maioria (MEDITSCH, p. 25). Tais rótulos não captam, para o pesquisador, as potencialidades do jornalismo enquanto construção social do mundo imediato.

Adelmo Genro Filho (2012, p. 161), aponta Meditsch, enriqueceu a teoria do jornalismo ao propor o jornalismo como forma social de conhecimento e ao distinguir as especificidades desse campo. Ao partir de uma proposta filosófica, propõe que *o singular, o plural e o universal* sejam categorias que amparam a construção de uma teoria do jornalismo, com um fôlego maior do ponto de vista epistemológico. São categorias que envolvem dimensões objetivas da realidade.

Cada um desses conceitos é uma expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e, ao mesmo tempo, compreende em si os demais. São formas de existência da natureza e da sociedade que se contém reciprocamente e se expressam através dessas categorias e de suas relações lógicas (GENRO FILHO, 2012, p. 170).

Como se trata de uma relação dialética, o *particular, o singular e o universal* são dimensões interligadas da vida e se relacionam permanentemente. O que nos torna, por exemplo, singulares? O fato de sermos moradores de Imperatriz-MA? O que nos torna particulares? Termos a nacionalidade brasileira. E qual nossa dimensão universal? Sermos do gênero humano. As ocorrências que podem ser narradas jornalisticamente e por estarem em contextos complexos e objetivos, trazem tais dimensões.

Outra questão apontada é que o conhecimento construído pelo jornalismo tem como eixo essencial o singular (2012, p.167). Assinala o autor que o jornalismo se fortaleceu com o sistema capitalista, que integrou a humanidade em escala global e propiciou um conhecimento estandarizado das relações sociais e econômicas. O jornalismo, por sua vez, valorizará os aspectos singulares da vida em comunidade, instaurando elos com a imediaticidade do mundo, com os aspectos que escapam a um mundo homogêneo e globalizado. A narrativa jornalística trará as percepções individuais tecidas no viver em sociedade, que se interligam às formas amplas de apreender a realidade.

## **2. Jornalismo e Cidadania**

“Igualdade, fraternidade e liberdade”, este lema da Revolução Francesa manifestava a insatisfação dos revolucionários franceses quanto aos privilégios do governo monárquico vigente, um dos resultados desta revolução é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada em 1789, com pressupostos de igualdade sem distinção de classe social, gênero, credo ou raça. Definem-se, a partir dessa declaração, alguns

princípios de cidadania, entre eles a liberdade de comunicação expressa no artigo 11: “A livre comunicação dos pensamentos e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do Homem; todo o cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na Lei”<sup>5</sup>.

Em âmbito brasileiro, a Constituição Federal de 1988 reforça esse direito do cidadão de receber e também emitir informações. De acordo com José Marques de Melo (2006, p. 25-26), a Constituição conhecida como “Cidadã”, “ampliou consideravelmente os direitos humanos, instituindo diretrizes para garantir o acesso dos cidadãos aos sistemas midiáticos, não apenas como receptores, mas até como emissores”.

Para que o a cidadania se efetive, também é necessário que os cidadãos estejam conscientes da realidade que os cerca, possam exigir e atuar para uma comunicação mais democrática. Isso é possível, segundo Nunes (2007, p. 115), “com a formação de uma opinião pública mais próxima da realidade, com o desenvolvimento da consciência crítica e da própria educação”.

A manutenção de poderes políticos perpassa pela permanência dos mesmos debates na esfera pública. Pautados por interesses políticos e econômicos busca-se persuadir os cidadãos através dos meios de comunicação. Nesse cenário é importante pensar a relação entre cidadania e jornalismo. Soares (2012), ao discutir a imprensa como instrumento da cidadania entende que,

[...] a atuação do jornalismo pelos direitos sociais da cidadania é muito importante, pois se derem espaço e enquadramentos adequados a essas questões, os meios noticiosos podem contribuir para a tomada de consciência dos problemas e para pressões no âmbito da esfera pública a favor do encaminhamento de soluções pelo Estado (SOARES, 2012, p. 21).

Ao elucidar sobre a mídia cidadã, Melo (2006), no artigo “Mídia e Cidadania no Brasil”, apresenta dados de teóricos que trabalham a ideia da cidadania na mídia brasileira tanto nos veículos de comunicação hegemônica quanto nos populares. O autor destaca as pesquisas pioneiras de Luiz Beltrão nos anos 1960, na elaboração da teoria da folkcomunicação, uma comunicação popular visível em práticas artesanais e informais, a “mídia dos marginalizados”. Melo (2006, p.24), destaca que Beltrão “[...] inventariou as

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar\\_dir\\_homem\\_cidadao.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf). Acessado em 23 de maio de 2016.

formas rudimentares através das quais as classes subalternas expressam sua inconformidade em relação à sociedade instituída pelas *camadas superiores*”.

Na revisão bibliográfica proposta pelo estudo de Marques de Melo (2007, p.29), o teórico aponta que historicamente o exercício midiático da cidadania está reduzido “à mídia segmentada, classista ou periférica”. Perruzo (2004, p. 68), corrobora com as análises de Melo (2006/2007), ao citar que os meios comunitários são o “[...] que mais potencializam a participação direta do cidadão na esfera pública comunicacional no Brasil contemporâneo”. Na perspectiva dos estudos de Peruzzo (2011, p. 25), comunicação comunitária e comunidade estão ligadas pela “mística em torno da justiça social”, com a iniciativa de atores sociais que formam uma “comunidade de ideias” afim de que todos possam ter “dignidade e seus direitos de cidadania respeitados”.

As atuações dos meios comunitários, teoricamente, relacionam-se diretamente com as possibilidades de os cidadãos exercerem seus plenos direito à comunicação, que vão além da liberdade de expressão e acesso aos meios. Esse direito para Mattelart (2009, p. 43), se dá também através de “[...] a produção e o compartilhamento de conhecimentos; os direitos civis, como a privacidade; os direitos culturais, como a diversidade linguística”. O autor argumenta que só haverá diversidade quando existir diversidade de atores participando dos processos comunicativos.

Diante dessas constatações a “Carta de São Bernardo”, elaborada durante o Seminário “Mídia Cidadã”, um evento realizado em novembro de 2005, na Universidade Metodista de São Bernardo do Campo no campus Rudge Ramos, aprovou algumas recomendações para os veículos de comunicação, de modo geral, seguirem princípios da mídia cidadã, entre eles:

2) As empresas de mídia devem ampliar sua participação social, através de ações e conteúdos dentro dos princípios de mídia cidadã; valorizar e qualificar seus profissionais nos princípios de responsabilidade social; inserir conteúdos locais/regionais, respeitando e garantindo a diversidade cultural; estimular a presença de minorias e difundir os direitos humanos nos conteúdos midiáticos, preservando assim as identidades e peculiaridades, locais e regionais (MELO, 2006, p. 31).

Este trecho da carta já apresenta indicações sobre a relevância do trabalho da mídia local na consolidação da cidadania. A grande mídia veicula diariamente diversos conteúdos

noticiosos e configura esferas discursivas pautadas geralmente em interesses que estão distantes dos bairros periféricos, cidades interioranas e comunidades afastadas dos grandes centros urbanos. Em outro espaço a “Carta de São Bernardo” ao traçar questões específicas orienta que, “1) A mídia local/regional ocupa papel-chave no desenvolvimento da cidadania, possuindo interfases com as questões sociais, econômicas, políticas e culturais” (MELO, 2006, p. 32).

Partindo desses pressupostos verifica-se indícios no jornal *Correio Popular*, um impresso que circula na cidade de Imperatriz, de um jornalismo que trabalhava princípios de cidadania, sobretudo, na seção intitulada de *Qual é a bronca?*. A indagação sugerida pelo jornal é seguida da fala de um morador ao expor um determinado problema que aflige a sua rua ou bairro. Após a reclamação apresenta-se uma matéria sobre o assunto, elaborada por um profissional do veículo de comunicação. O espaço apresenta a voz do cidadão, uma participação ainda tímida, mas significativa por ser acrescenta de mais informações e por está expondo uma problemática local.

Notadamente apenas a conscientização dos cidadãos pode fazê-los tanto cobrar pela gestão e atuação desses veículos de comunicação para as localidades em que estão inseridos, quanto envolverem-se através de sugestões e participação ativa na produção das notícias. Habermas (2003), compreendia que a esfera pública era formada por pessoas que tinham opiniões próprias seja por literatura ou política.

### **3. Um Correio Popular**

Descendente da curta e extinta publicação semanal gratuita, *Correio de Imperatriz*, que circulou com poucas publicações de outubro de 2009 a 2010, o *Correio Popular* é um impresso imperatrizense que teve sua primeira edição lançada em 1º de março de 2011. Em dezembro de 2013, o periódico anunciou aos seus leitores um período de recesso para as festividades daquele final de ano, que se estenderia de 23 de dezembro até 06 de janeiro de 2014. Mas, após esse intervalo, o *Correio* não voltou a circular. Migrou definitivamente para a versão online, mas deixou de ser alimentado logo em seguida. Sua última atualização teria acontecido em 5 de fevereiro do mesmo ano. Dias depois, em março de 2014, após várias especulações sobre seu fim, o jornal anunciou o seu fechamento (ALMEIDA et al., 2015).

O jornal de veiculação diária, exceto às segundas-feiras, tinha como diretor-geral Alfredo Wagner e contava fixamente com quatro editorias: 1) Geral (que ocupava de 4 a 5 páginas de cada publicação); 2) Painel (segunda página, trazia notas com temas nacionais, regionais e internacionais sobre famosos, produtos, acontecimentos incomuns e outros temas que despertam a curiosidade dos leitores, como sugere o próprio título, é um painel de curiosidades e novidades); 3) Serviço (algumas vezes dividia-se em duas subseções, uma com notícias de economia e a segunda sobre educação); 4) Esporte (em cores, a folha trazia notícias sobre os campeonatos nacionais e regionais de futebol, temas relacionados aos clubes, times e jogadores).

Além das editorias, o jornal mantinha diariamente algumas sessões e colunas. São elas: 1) *Corneta Popular*, não assinada e com notas sobre o cenário político regional e informações sobre fatos mais gerais; 2) *A Coluna do Sanches*, assinada por Edmilson Sanches, dedicava-se às notas sobre serviços e informações da cidade, comentários, textos e poesias; 3) *Aqui Imperatriz!* com perfis de imperatrizenses, anônimos ou não, e assinada por vários jornalistas; 4) A seção *Qual é a bronca?*, com matérias sobre reclamações da população (da qual trataremos com mais profundidade); 5) *Direitos do Consumidor* com notícias de casos judiciais, regionais e nacionais, envolvendo empresas e prestadoras de serviços por desrespeito aos direitos do consumidor; 6) *Vitrine*, 7) *É D'mais*, 8) *Social* e 9) *Clicks do Radcliffe*, com sessões de fotos e colunismo social, nem sempre presentes em todas as edições; 10) *Passatempo*, página com caça-palavras e cruzadinhas, piadas e tirinhas de HQs, informações sobre novelas, horóscopo e lista com o nome e endereço das farmácias em plantão.

O *Correio* contou com poucos profissionais em sua equipe de repórteres<sup>6</sup>, que só passou a ser composta por jornalistas formados no início de 2013, após a criação do Curso de Jornalismo na Universidade Federal do Maranhão. O tabloide de 12 páginas publicava notícias com matérias curtas, de pautas mais factuais e de conteúdo nacional, muitas delas de sites de notícias, o que, segundo Maciel (2011, p. 13), “[...] indica falta de estrutura maior para coberturas”.

Mas, mesmo com a escassez da equipe, o periódico deu espaço para seções ainda não exploradas por ele ou pelo seu impresso concorrente na cidade, o jornal *O Progresso*. O

---

<sup>6</sup> Registra-se seis profissionais, entre janeiro e novembro de 2013, nos expedientes de exemplares disponíveis no Acervo Setorial do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/Campus de Imperatriz. São eles: Antônio Pinheiro, Carla Dutra, Hemerson Pinto, Hyana Reis, Janaína Amorim e Welbert Queiroz.

periódico ousou, ao trazer regularmente e mais especificamente em sua página de número 9, uma seção com matérias que aprofundavam as reclamações e *brincas* da população acerca de problemas da cidade e região. Dessa forma, o *Correio Popular*, pode ser tido, de acordo com Amaral (2006, p. 67), como inovador, já que, para a autora, ao dar fala aos populares “[...] os jornais inovam porque no mercado simbólico do campo jornalístico a manifestação popular tem uma tímida história de inclusão nos jornais impressos [...]”.

A seção *Qual é a bronca?*, que se autodenominava “a voz da comunidade”, trazia como padrão de publicação a citação na íntegra da reclamação de moradores da cidade, fixada sempre no topo da página e em seguida a matéria sobre a *bronca* da vez, já anunciada na fala das fontes. Além dessa seção, o jornal trazia a coluna diária *Aqui Imperatriz!*, com perfis de cidadãos imperatrizenses. Sobre esse contexto, Maciel (2011, p. 15) afirma que, “[...] portanto, seções como *Aqui Imperatriz!* e *Qual é a bronca?* são diferenciais em meio a uma imprensa escrita local pouco autoral e longe de representar os protagonistas comuns do cotidiano da cidade”.

No dia 4 de maio de 2016, o *Correio Popular*, agora sob nova administração e direção geral de Francisco Júnior, voltou a ser veiculado em Imperatriz, inicialmente como versão para *download* em formato de documento portátil (PDF), disponibilizado no que parece ser seu *site*<sup>7</sup> oficial, ainda em construção. Na nova plataforma *online*, com interface simples, o título explica que “construir um espaço dedicado a manter nossos leitores informados, requer além de um certo tempo, esforço e dedicação da nossa equipe. Enquanto aguardamos o lançamento deste grande projeto, disponibilizamos nossa edição online diária”<sup>8</sup>.

### 3.1 A *bronca* no trombone

A análise da seção *Qual é a bronca?* se concentrou em 11 matérias, assinadas pelos jornalistas Carla Dutra, Hemerson Pinto, Hyana Reis e Janaína Amorim, e publicadas em exemplares do jornal disponíveis no acervo setorial do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/Campus de Imperatriz. No acervo do curso foram catalogadas 144 edições do título, todas elas do ano de 2013, mas

---

<sup>7</sup> <http://www.correipopularitz.com.br/>

<sup>8</sup> Texto de abertura do site <http://www.correipopularitz.com.br/>. Acesso em 19/05/2016.



o acervo está incompleto e não há disponível todos os números mensais. Também não foi registrado a existência de nenhuma edição do mês de dezembro de 2013 no acervo, já que nesse período o *Correio Popular* anunciava recesso e logo em seguida deixaria de ser impresso na cidade. E não foi possível encontrá-lo em outros arquivos públicos da cidade de Imperatriz.

Optou-se então por observar um exemplar de cada mês disponível – janeiro a novembro de 2013. A escolha de jornais de diferentes e seguidos meses também possibilitou percebermos algumas mudanças graduais e outros aspectos históricos na narrativa da seção.

A análise procura responder quem eram os cidadãos e a comunidade a quem a seção dava “voz” ou “quem dava a bronca”, quais eram as reclamações, “que broncas” e quem era responsabilizado pelo problema ou “quem levava a bronca”. A seção *Qual é a bronca?* ocupava a nona página do periódico. No topo, a fala do denunciante, na íntegra, acompanhava uma foto em miniatura do problema da vez. A página seguia com textos geralmente curtos, ao lado de imagens que preenchiam a maior parte do restante da página<sup>9</sup>. Em média cada matéria recebia de 3 a 4 fotografias que diante do pequeno volume de texto se tornavam gigantes. Na sequência, imagens da seção verificada (Figuras 1 e 2).



Figura 2 - *Correio Popular*. Ano III: edição 560 de 31/1/2013



Figura 1 - *Correio Popular*. Ano III: edição 649 de 28/5/2013

<sup>9</sup> Além da seção *Qual é a bronca?*, a página nove também trazia um balão com a seção *Direito do Consumidor*. Mas esta ocupava um pequeno espaço no fim da página.

### 3.2 O autor, a bronca e os responsabilizados

A maioria das matérias da seção *Qual é a bronca?* trata de assuntos relacionados à falta de infraestrutura nos bairros da cidade. Nelas um morador pode reclamar do que o incomoda na porta de casa, a comunidade acha espaço para tornar pública sua indignação com o descaso dos serviços públicos e mãe de estudante tem chance de exigir uma boa quadra de esportes na escola do filho.

O perfil dos *autores* das reclamações envolve moradores imperatrizenses que vivem há muito tempo com os problemas apresentados. Donas de casa, aposentados, estudantes, motociclistas e donos de estabelecimentos comerciais que buscavam respostas e soluções para esses entraves, comuns em muitos casos.

O *Correio* podia ouvir e dar voz ao seu Sabino, morador da Vila Davi:

A Vila Davi tem mais necessidades do que prioridades. Não temos ruas, água, ninguém arrisca colocar um comércio, um supermercado. Não temos polícia e, para encerrar, não temos nada (SABINO, aposentado).<sup>10</sup>

Dona Maria da Conceição agora podia dizer para muitas pessoas do problema na porta de casa:

Essa é uma das ruas da Vila Lobão que nunca recebeu benfeitoria nenhuma. Mexeram em ruas aqui de perto e essa ficou esquecida, com todo esse lamaçal na porta de nossas casas (MARIA DA CONCEIÇÃO, dona de casa).<sup>11</sup>

São pessoas que encontram nos jornais uma oportunidade para tornar pública sua situação, em busca de alguma mobilização em favor da solução de suas mazelas. Para Schmitz (2011, p. 49):

Na condição de cidadão e consumidor, essa fonte reivindica os seus direitos e utiliza a mídia para intermediar a solução de seus problemas com os poderes público e econômico. Enquanto vítima, expõe a sua desgraça, infortúnio e sacrifícios pessoais, quando prejudicada pela violência, tragédia, injustiça ou logro. Busca na mídia, a comoção social (SCHMITZ, 2011, p. 49).

A fala da moradora da Vila Davi, Valdice Souza, em entrevista ao *Correio*, ilustra bem o papel social do periódico de dar voz a quem queira se manifestar publicamente por sua condição.

Há 16 anos, os moradores estão lutando para que chegue água ao bairro. Fizemos uma manifestação, mas nada foi resolvido. Por isso viemos aqui, pois gostaríamos

<sup>10</sup> *Qual é a bronca?*, Correio Popular. Ano III: edição 726 de 28 de agosto de 2013.

<sup>11</sup> *Qual é a bronca?*, Correio Popular. Ano III: edição 560 de 31 de janeiro de 2013.

que o poder público se sensibilize com a nossa situação (VALDICE SOUSA, membra da Associação de Moradores do bairro).<sup>12</sup>

As fontes, oriundas das classes populares, são vistas de maneira especial, não apenas como fontes das informações, mas assumem papel de “vítima, cidadão reivindicador ou testemunha”. Despertando a atenção do público que se interessa pelo personagem que é vítima de sofrimento, das injustiças e das tragédias (CHARAUDEAU, 2009 apud SCHMITZ, 2011, p. 26). O roçador Raimundo Nonato Martins é um caso assim.

Nós queremos nossos direitos. Todo mundo assinou o aviso, não deram explicação para ninguém. A gente não recebeu o mês de abril, as rescisões, as carteiras, o FGTS, e todo mês foi descontado. Queremos a Justiça do nosso lado (RAIMUNDO NONATO MARTINS, roçador).<sup>13</sup>

Com poucas exceções, as *brincas* sempre estavam relacionadas às mazelas dos bairros e problemas com a infraestrutura, e por isso eram direcionadas ao poder público municipal, à Câmara de Vereadores e à Prefeitura. Em apenas um dos casos a *brinca* era contra uma empresa do setor privado por falta de cumprimento às leis trabalhistas. Na tabela abaixo, estão sintetizadas as principais temáticas presentes nas reclamações dessa seção “voz da comunidade”.

Tabela 1: Principais temáticas das denúncias da seção *Qual é a brinca?*.<sup>14</sup>

| <b>Denúncia</b>                             | <b>%</b> | <b>Nº de matérias</b> |
|---|----------|-----------------------|
| Transtornos pelo acúmulo da água da chuva   | 36,36%   | 4                     |
| Esgoto a céu aberto                         | 18,18%   | 2                     |
| Falta de saneamento e abastecimento de água | 18,18%   | 2                     |
| Problemas na educação municipal             | 18,18%   | 2                     |
| Descaso do poder público                    | 18,18%   | 2                     |
| Falta de pagamento de trabalhadores         | 9,09%    | 1                     |
| Falta de segurança pública                  | 9,09%    | 1                     |

<sup>12</sup> *Qual é a brinca?*, Correio Popular. Ano III: edição 726 de 28 de agosto de 2013.

<sup>13</sup> *Qual é a brinca?*, Correio Popular. Ano III: edição 675 de 28 de junho de 2013.

<sup>14</sup> Dados coletados dos exemplares do *Correio Popular*, ano III, de: 31 de janeiro de 2013; 28 de fevereiro de 2013; 27 de março de 2013; 30 de abril de 2013; 28 de maio de 2013; 28 de junho de 2013; 31 de julho de 2013; 28 de agosto de 2013; 25 de setembro de 2013; 31 de outubro de 2013 e 1º de novembro de 2013.

Podemos dizer que o *Correio Popular* sinalizou um compromisso com a comunidade imperatrizense através do espaço que cedeu às matérias que tratavam de problemas e mazelas cotidianos da população. O impresso cumpriu em certa medida com a função social de um veículo que tem proposta de ser *popular*. Tal qual afirma Amaral (2006, p. 131):

Esse tipo de imprensa muitas vezes amplifica a fala dos setores populares e coloca o leitor popular, normalmente situado na periferia do direito à fala, no centro do jornal. A “existência social” é devolvida a pessoas que em outros jornais são reduzidas a problemas sociais ou problemas de polícia (AMARAL, 2006, p. 131).

Para a autora, essa intermediação com o poder público proporcionada pelo jornalismo, deixa bem claro o quanto as comunidades e a população é desassistida e aponta para a tomada dessa posição pelos jornais (AMARAL, 2006, p. 130).

Na narrativa das matérias analisadas as queixas das fontes ajudaram no processo de apuração de informações e humanizaram os textos, ainda que muito curtos diante da possibilidade de aprofundamento das temáticas. Observa-se ainda uma despreocupação do jornal em dar voz às fontes oficiais. Quem leva a *bronca*, na maior parte dos casos, não apareceu como fontes de resposta às denúncias. Não foi possível notar se o *Correio* publicava em outras matérias respostas ou assuntos acerca de uma das denúncias do *Qual é a bronca?*.

#### 4. Considerações finais

O jornal *Correio Popular*, que almejou conquistar leitores das classes mais pobres, construiu uma proposta diferenciada para ouvir a população, principalmente os setores mais populares que sofrem com falta de serviços urbanos, como saneamento, educação e segurança. Apresentou uma seção, *Qual é a bronca?*, com o intuito de dar “voz e vez” às fontes de bairros periféricos. Dessa forma, construiu mais uma dimensão da identidade desses cidadãos ou cidadãs em suas páginas. São homens e mulheres que mostram força ao reivindicar melhorias de vida.

Como compreendemos o jornalismo como forma de conhecimento da realidade, a partir das contribuições de Meditsch (1992) e Adelmo Genro Filho (2012), a análise do impresso citado nos mostrou que o jornalismo estabelece referentes sobre o mundo

imediatos, que também podem ser elementos para leitores e produtores da notícia refletirem sobre a sociedade e atuarem nela.

Sobre o objetivo da pesquisa, assinalamos que mesmo dando “voz e espaço” à população, o jornal reforçou a ideia de que os cidadãos são vítimas dos “governos e empresas privadas”. Outro aspecto desse processo é o fato do jornal não ouvir os alvos das “reclamações”. Dessa forma, as denúncias ficam sem respostas e não é possível identificar se os cidadãos conseguiram mudar ou não a realidade na qual vivem, ou seja, não é possível vê-los como agentes de mudança.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Domingos A. et al. **Uma análise circunstancial do fim do Jornal Correio Popular de Imperatriz – MA.** Trabalho apresentado no IJ 01 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

AMARAL, M. F. **Jornalismo popular.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ASSUNÇÃO, Thays; NASCIMENTO, Rodrigo; PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Jornalismo, campo cultural e poder:** notas sobre um jornal regional. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Campo Grande-MS, novembro de 2015.

FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz.** Imperatriz: Ética, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** Para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MACIEL, A. Z.. Aqui Imperatriz!: perfis de pessoas comuns no Jornal Correio Popular. In: MATOS, Marcos Fábio Belo; Gehlen, Marco Antônio. (Org.). **Comunicação, Jornalismo e Fronteiras Acadêmicas.** 1ed.São Luís (MA): Edufma, 2011.

MATTELART, Armand. **A construção social do direito à Comunicação como parte integrante dos direitos humanos.** Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom, v. 32, n.1, p. 33-50, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/236/229>. Acessado em 06 de agosto de 2015.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: UFSC, 1992.

MELO, José Marques de. Mídia e cidadania no Brasil. In MELO, José Marques; GOBBI, Maria Cristina, SATHLER, Luciano. **Mídia Cidadã:** utopia brasileira. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **A utopia brasileira da mídia cidadã.** Comunicação & Educação/ Revista do Departamento de Comunicação e Artes da ECA-USP. São Paulo: ano XII, número 1, p. 25-30, jan/abr de 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37616/40330>. Acessado em 26 de maio de 2016.

NUNES, Márcia Vidal. Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, Raquel (Org.) **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. In: BARBALHO, Alexandre; FUSER, Bruno; COGO, Denise (orgs.). **Comunicação e cidadania: questões contemporâneas.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2011.

\_\_\_\_\_. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública.** Campinas: Alínea, 2004.

SCHMITZ, Aldo A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo.** 1. ed. Florianópolis: Combook, 2011.

SOARES, Murilo César. **Os direitos na esfera pública midiática: a imprensa como instrumento da cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.